



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2010**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Teresina, 31/03/2010

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**DPF – Departamento de Polícia Federal**

**IN – Instrução Normativa**

**IPL – Inquérito Policial**

**LOA – Lei Orçamentária Anual**

**PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**

**PIB – Produto Interno Bruto**

**Port. – Portaria**

**PPA – Plano Plurianual**

**SR – Superintendência Regional**

**RG – Relatório de Gestão**

**SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais**

**SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

**SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos**

**SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UG – Unidade Gestora**

**UO – Unidade Orçamentária**

## **LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.**

<b><u>Título</u></b>	<b><u>Página</u></b>
Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
Quadro 2 - Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade.....	14
Quadro 3 - Dados do Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....	15
Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679 .....	16
Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720 .....	17
Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726 .....	17
Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572 .....	18
Quadro 8 - Dados Gerais da Ação 8375 .....	19
Quadro 9 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo .....	20
Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 2000 .....	20
Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 2003 .....	21
Quadro 12 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	22
Quadro 13 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	23
Quadro 14 - Evolução de Gastos Gerais.....	23
Quadro 15 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	24
Quadro 16 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	25
Quadro 17 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade .....	26
Quadro 18 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	29
Quadro 19 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 .....	29
Quadro 20 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 .....	31
Quadro 21 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos .....	33

## Sumário

Introdução.....	7
1 – Informações Gerais de Identificação .....	10
2 – Objetivos e Metas .....	12
2.1 – Responsabilidades Institucionais .....	12
2.1.2 – Objetivos Estratégicos .....	13
2.2 – Estratégia de Atuação .....	13
2.3 -        orçamentária e financeira .....	14
2.3.1 – Programas/Ações .....	14
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade .....	15
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos.....	16
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	17
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União .....	18
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	18
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	19
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	19
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento .....	20
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo .....	20
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade .....	20
2.3.1.4.2 – Ação 2003 - Ações de Informática .....	21
2.4 – Desempenho Operacional.....	20
2.4.1 – Evolução das despesas .....	22
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação .....	22
2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	23
2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa .....	24
2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	25

2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade .....	26
2.4.2 – Indicadores de desempenho .....	27
2.4.3 – Análise do desempenho .....	28
3 - Recursos Humanos .....	29
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	31
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009 .....	31
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres .....	31
7 – Previdência Complementar Patrocinada .....	31
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos .....	31
9 – Renúncia Tributária .....	32
10 – Operações de Fundo .....	32
11 – Determinações dos Órgãos de Controle .....	32
11.1 – Recomendações da CGU .....	32
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU .....	32
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009 .....	32
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios .....	33
14 – Outras Considerações .....	33
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada .....	34

## Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial, segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí é uma unidade descentralizada do Departamento de Polícia Federal e está estruturada em duas Unidades Operacionais: a Sede da Superintendência, em Teresina, e a Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba.

A estrutura da Superintendência Regional, na sede, engloba nove Delegacias Especializadas, sendo seis subordinadas à **Delegacia Regional Executiva**: Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, e três subordinadas à **Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**: Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, e Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas; e três Setores: Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor Regional de Administração e Logística Policial.

O estado do Piauí está localizado na região Nordeste, possui 251.529 Km<sup>2</sup> e faz divisa com os estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão; a divisa com o Maranhão é a maior -

1.492 km - e a com o Tocantins, a menor - 21 km. O litoral no Oceano Atlântico é o menor entre os estados litorâneos - 66 km.

Em que pese uma sensível melhora da situação econômica experimentada a partir de meados dos anos 1990, o Piauí ainda se mantém como um dos estados mais pobres do Brasil: é o quinto menor PIB – Produto Interno Bruto - e o terceiro menor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Por essa razão os repasses de recursos federais (FPE, FPM, FUNDEF, FUNDEB e outros) ainda representam parcela preponderante das receitas estaduais e municipais, da mesma forma que os benefícios da Previdência Social e os programas de transferência de renda do governo federal ainda representam a maior parcela na composição da renda das famílias. O acompanhamento da aplicação desses recursos repassados pela União tem-se constituído num dos principais alvos da atenção dos organismos federais de controle e, por consequência, uma importante prioridade para a atuação da Polícia Federal no Estado.

De outra parte, o peculiar alongamento do território, as divisas extensas com Ceará, Pernambuco, Bahia e Maranhão, a disposição da malha viária e a quase equidistância de médios centros populacionais - Belém/PA, São Luís/MA, Palmas/TO, Salvador/BA, Recife/PE e Fortaleza/CE, conferem ao estado do Piauí posição estratégica para a logística de distribuição regional de produtos e serviços. Atenta a essa condição, a Polícia Federal vem empreendendo ações proativas e reativas para reprimir a utilização do estado como rota para as diversas formas de tráfico e a circulação irregular de mercadorias.

As duas premissas acima são balizadoras da estratégia de atuação da Superintendência Regional no estado do Piauí: o combate à corrupção, aos desvios de recursos federais, às fraudes contra a previdência e ao tráfico, ao contrabando e ao descaminho.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2009 a SR/PI realizou quatro operações policiais de iniciativa própria, além da participação em diversas operações de iniciativa de outras Unidades, inclusive as de caráter continuado conduzidas pelo Órgão Central. Foram emitidas 762 Ordens de Missão Policiais no interesse de procedimentos instaurados, resultando no cumprimento de 76 mandados de busca e apreensão e 58 prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).



Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 825 (oitocentos e vinte e cinco) Inquéritos Policiais, concluídos 752 (setecentos e cinquenta e dois) e ficaram em aberto (em andamento) 1.115 (hum mil e cento e quinze). Os procedimentos instaurados envolveram 269 (duzentos e sessenta e nove) indiciados.

Para o ano de 2010 a estratégia de atuação desta Superintendência mantém como meta o combate aos crimes priorizados em 2009 e ainda, por tratar-se de um ano eleitoral, contempla a área de defesa institucional e o combate aos crimes eleitorais.

# 1 – Informações Gerais de Identificação

**Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça		<b>Código SIORG:</b> 316	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora</b>			
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí			
<b>Denominação abreviada:</b> Polícia Federal no Piauí			
<b>Código SIORG:</b> 1154	<b>Código LOA:</b> Não se aplica		<b>Código SIAFI:</b> 200390
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública		<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(86) 2106 4900	86 2106 4924 (plantão)	(86) 2106 4924 .....
<b>Endereço eletrônico:</b> gab.srpi@dpf.gov.br			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Maranhão, 1022 – Norte – Centro – Teresina / CEP 64000-010			
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada</b>			
<b>Nome</b>	<b>Situação</b>	<b>Código SIORG</b>	
Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba	Ativa	091562	
<b>Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada</b>			
<b>Número de Ordem:</b> 01			
<b>Denominação completa:</b> Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Piauí			
<b>Denominação abreviada:</b> Funapol – PI			
<b>Código SIORG:</b> Não se aplica	<b>Código LOA:</b> Não se aplica		<b>Código SIAFI:</b> 200391
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública		<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(86) 2106 4900	86 2106 4924 (plantão)	(86) 2106 4924 .....
<b>Endereço eletrônico:</b> gab.srpi@dpf.gov.br			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			

<b>Endereço Postal:</b> Av. Maranhão, 1022 – Norte – Centro – Teresina / CEP 64000-010
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b>
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p>A SR/DPF/PI foi Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 182, de 29/04/65, Boletim de Serviço nº. 081, de 04/05/65, foi transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72 e elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75.</p> <p><b>FUNAPOL:</b> Instituído pela Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>
<b>Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p>
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</b>

## 2 – Objetivos e Metas

### 2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem sua raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Estado do Piauí.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 – Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 –SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários – oficiais e autoridades estrangeiras ( Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho

possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Polícia Federal no Estado do Piauí exerce, direta ou indiretamente, todas essas atividades no âmbito de sua circunscrição.

### **2.1.2 – Objetivos Estratégicos**

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no cumprimento da MISSÃO da instituição que é *“Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”*

Isto para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é *“Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”*

### **2.2 – Estratégia de Atuação**

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem como a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência do Piauí atuou mais notadamente no combate ao tráfico de drogas, às fraudes contra a previdência, à corrupção e ao desvio de recursos federais, visando o fortalecimento das instituições legalmente constituídas; atuou fortemente, também, na intensificação das ações previstas na Campanha do Desarmamento, para o que foram promovidas diversas incursões para interiorização das atividades.

Para a consecução desses objetivos foram realizadas ações exitosas contemplando a racionalização dos recursos orçamentários disponíveis e a formação de parcerias e integração com outras instituições públicas, como: Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e Polícia Militar do Estado

do Piauí, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal do Brasil, Controladoria Geral da União e Ministério da Previdência.

Como contraponto, considerem-se as dificuldades estruturais e conjunturais que impuseram limitações ao atingimento pleno das metas estabelecidas, a saber:

- i. instalações físicas inadequadas – a Sede ocupa prédio antigo, objeto de diversas adaptações e reformas superficiais, que não propicia acomodação condizente aos diversos setores e nem ao quadro de servidores;
- ii. deficiências do quadro de pessoal – número insuficiente de agentes, de escrivães e de pessoal de apoio (PEC). Apesar das diversas demandas encaminhadas ao Órgão Central, a Unidade ainda não foi contemplada com efetivos dessas categorias à altura das suas necessidades, com prejuízos à efetividade da sua atuação no âmbito de sua circunscrição;
- iii. restrições de ordem orçamentária e financeira – a partir do final do primeiro semestre, as restrições impostas pela diminuição da arrecadação do governo federal, aliada ao reajuste do valor das diárias sem o correspondente incremento das dotações, acarretou limitações na atuação da Unidade, mormente naquelas operações com maiores deslocamentos e/ou permanência do efetivo fora da sede, com prejuízo à deflagração de novas operações, mantendo-se a atuação apenas naquelas já iniciadas ou de caráter continuado.

### 2.3 – Gestão orçamentária e financeira

**Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL – FUNAPOL	30909	200337

#### 2.3.1 – Programas e ações sob a responsabilidade da unidade

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta, em suas atividades finalísticas no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, e a capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí não executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à reforma de Unidades do DPF, embora, valendo-se de recursos de custeio, tenha instalado a Unidade Técnica Científica na cidade de Parnaíba/PI, obra executada durante o primeiro semestre de 2009.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela Superintendência, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, incluindo a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência também executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

### 2.3.1.1 – Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade.

**Quadro 3- Dados do Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações**

Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ		Eriosvaldo Renovato Dias
Indicador (es) para avaliação do programa		Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo <sup>1</sup>	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

<sup>1</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

### 2.3.1.1.1 – Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

**Quadro 4 – Dados Gerais da Ação 2679**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200391
Produto (unidade de medida)	Certificado de Registro Cadastral

Fonte: SIGPLAN

#### Valor executado

Projeto/Atividade		UG executora	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Insc. Restos a Pagar
2679	Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos	SR Funapol	151.461,54	146.231,54	146.231,54	5.230,00

#### Considerações

Em razão do reduzido quadro de pessoal das atividades fim e meio, em 2009 não foram realizadas operações específicas de fiscalização de empresas da área de produtos químicos controlados, limitando-se ao controle administrativo de cadastramento e licenciamento das empresas e/ou pessoas físicas que utilizam ou manipulam produtos químicos utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes ou psicotrópicas. No total foram emitidos 15 (quinze) novos certificados de registros cadastrais e procedidas 52 (cinquenta e duas) renovações de licença, gerando receitas no valor de R\$74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos reais).



### 2.3.1.1.2 – Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

**Quadro 5 – Dados Gerais da Ação 2720**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200391
Produto (unidade de medida)	Ação realizada

Fonte: SIGPLAN

#### Valor executado

Projeto/Atividade		UG executora	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Insc. Restos a Pagar
2720	Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública	SR Funapol	40.848,68	40.848,68	40.848,68	-

#### Considerações

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

### 2.3.1.1.3 – Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

**Quadro 6 – Dados Gerais da Ação 2726**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200391
Produto (unidade de medida)	Operação realizada

Fonte: SIGPLAN

### **Considerações**

#### **Valor executado**

Projeto/Atividade		UG executora	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Insc. Restos a Pagar
2726	Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da união	SR Funapol	834.286,58	834.286,58	834.286,58	-

### **2.3.1.1.4 - Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

**Quadro 7 – Dados Gerais da Ação 4572**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200391
Produto (unidade de medida)	02 (dois)

Fonte: SIGPLAN

## Considerações

### Valor executado

Projeto/Atividade		UG executora	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Insc.Restos a Pagar
4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	SR Funapol	2.700,00	2.700,00	2.700,00	-

O valor executado e o produto obtido referem-se apenas à realização orçamentária atribuída diretamente à Superintendência, ao amparo da ação 4572. Entretanto houve a participação de 62 servidores em eventos realizados pelos Órgãos Centrais, além de 39 servidores policiais envolvidos no treinamento continuado em tiro tático.

### 2.3.1.2 – Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí não executou nenhuma ação relacionada ao Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal.

### 2.3.1.3. Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

#### 2.3.1.3.1 – Ação 8375 – Campanha de Desarmamento

**Quadro 8 – Dados Gerais da Ação 8375**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200390
Produto (unidade de medida)	arma arrecadada.

Fonte: SIGPLAN

## Considerações

### Valor executado

Projeto/Atividade		UG executora	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Insc.Restos a Pagar
8375	Campanha do desarmamento	SR Tesouro	21.167,86	21.167,86	21.167,86	-

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste no recolhimento de armas de fogo mediante indenização, o

qual, inclusive, passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

Visando ampliar a cobertura da Campanha, foram constituídas equipes itinerantes para percorrer a circunscrição da Superintendência, resultando na regularização de 3.899 e na arrecadação de 189 armas de fogo. Estas últimas a um custo de R\$ 20.400,00 em indenizações, e um valor médio unitário de R\$ 107,94.

### 2.3.1.4 – Programa 0750 – Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

São duas ações desenvolvidas por esta Superintendência Regional dentro do programa: a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade e a Ação 2003 – Ações de Informática.

**Quadro 9 – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo**

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral	Não informado	
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente de Programa	Não informado	
Responsável pelo Programa	Não informado	
Indicadores para avaliação do programa	Este Programa não possui indicadores.	
Público-alvo (beneficiários)	Governo	
<b>Código</b>	<b>Tipo<sup>2</sup></b>	<b>Descrição da Ação</b>
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

#### 2.3.1.4.1 – Ação 2000 – Administração da Unidade

**Quadro 10 – Dados Gerais da Ação 2000**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 – Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza

<sup>2</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200391
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

#### Valor executado

Projeto/Atividade		UG executora	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Insc.Restos a Pagar
2000	Administração da Unidade	SR	2.148.756,83	1.880.540,83	1.880.540,83	268.216,00
2000	Administração da Unidade	SR Funapol	28.772,65	28.772,65	28.772,65	-

A execução da Ação 2000 é fator decisivo no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades de apoio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos, serviços terceirizados, manutenção e uso de frota veicular, manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados, pagamento de diárias e passagens e outras.

#### 2.3.1.4.2 - Ação 2003 - Ações de Informática

**Quadro 11 – Dados Gerais da Ação 2003**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado

## Valor executado

Projeto/Atividade		UG executora	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Insc.Restos a Pagar
2003	Ações de Informática - Nacional	SR	51.757,75	27.490,47	27.490,47	24.267,28

## 2.4 – Desempenho Operacional

### 2.4.1 – Evolução das despesas

#### 2.4.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 12 – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>	-	<b>1.198.414,25-</b>		<b>1.198.414,25</b>
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-		-
Concorrência	-	-		-
Pregão	-	<b>1.198.414,25</b>		<b>1.198.414,25</b>
Concurso	-	-		-
Consulta	-	-		-
<b>Contratações Diretas</b>	-	-		
Dispensa	-	<b>301.643,56</b>		<b>301.643,56</b>
Inexigibilidade	-	<b>118.464,76</b>		<b>118.464,76</b>
<b>Regime de Execução Especial</b>	-			
Suprimento de Fundos	<b>68.993,44</b>	<b>75.157,54</b>	<b>68.993,44</b>	<b>75.157,54</b>
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	-	-	-	-
Diárias	1.125.137,04	1.138.188,09	1.125.137,04	1.138.188,09
<b>Outros</b>	-	-	-	-

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

## 2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

**Quadro 13 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>34.584,33</b>	<b>40.032,31</b>	<b>34.584,33</b>	<b>40.032,31</b>	-	-	-	-
319008	34.584,33	40.032,31	34.584,33	40.032,31	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>3.097.074,33</b>	<b>3.213.408,44</b>	<b>2.905.719,36</b>	<b>2.949.434,91</b>	<b>191.354,97</b>	<b>263.973,53</b>	<b>2.905.599,36</b>	<b>2.949.434,91</b>
339014 – Diárias	1.125.137,04	1.138.188,09	1.125.137,04	1.138.188,09	-	-	1.125.137,04	1.138.188,09
339030 – Mat. consumo	347.691,18	451.408,93	270.245,15	287.123,43	77.446,03	164.285,50	270.245,15	287.123,43
339033 - Passagens	375.777,26	274.683,24	350.182,92	269.648,68	25.594,34	5.034,56	350.182,92	269.648,68
339036 – Serv. Terceiros	17.460,80	21.591,51	17.460,80	21.591,51	-	-	17.460,80	21.591,51
339037 – Loc. Mão-de-obra	397.843,04	423.114,02	397.843,04	423.114,02	-	-	397.843,04	423.114,02
339039 – Outros Serv. Terceiros	716.177,44	737.221,82	627.862,84	642.568,35	88.314,60	94.653,47	627.862,84	642.568,35
339047 – Obrig. Tributaria	3.492,16	4.604,51	3.492,16	4.604,51	-	-	3.372,16	4.604,51
339092 – Desp. Exer. Anter	42,00	7.384,33	42,00	7.384,33	-	-	42,00	7.384,33
339093 – Ind. e Restituição	113.453,41	155.211,99	113.453,41	155.211,99	-	-	113.453,41	155.211,99

**Quadro 14 - Evolução de Gastos Gerais**

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
<b>1. PASSAGENS</b>	262.741,07	375.777,26	274.683,24
<b>2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS</b>	1.673.174,27	1.125.137,04	1.138.188,09
<b>3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>	454.201,00	520.143,04	472.086,89
<b>3.1 Publicidade</b>	-	-	-
<b>3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação</b>	353.415,00	397.843,04	423.114,02
<b>3.3 Tecnologia da Informação</b>	-	-	-
<b>3.4 Outras Terceirizações</b>	-	-	48.972,87

<b>4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>	59.550,00	98.400,00	74.799,76
<b>5. SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>	100.750,00	122.300,00	75.157,54
<b>TOTAIS</b>	<b>2.449.666,34</b>	<b>2.119.457,34</b>	<b>2.507.002,41</b>

### *Considerações*

O valor de R\$ 48.972,87 refere-se à despesa com estagiários.

### **2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

**Quadro 15 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 - Investimentos</b>	<b>484.505,59</b>	<b>83.373,87</b>	<b>84.869,02</b>	<b>49.634,12</b>	<b>399.636,57</b>	<b>33.739,75</b>	<b>216.732,67</b>	<b>85.497,65</b>
<b>449051</b>	96.804,47	-	53.197,02	-	43.607,45	-	203.702,67	-
<b>449052</b>	387.701,12	83.373,87	31.672,00	49.634,12	356.029,12	33.739,75	13.030,00	85.497,65
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-



## 2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 16- Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>		1.029.296,80	1.024.066,80	5.230,00	1.024.066,80	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência <sup>2</sup>			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	78
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
<b>Análise do Resultado Alcançado: -</b>						
O índice informado refere-se ao DPF como um todo.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	85
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Apesar dos esforços despendidos, ainda persiste a tendência histórica de crescimento do estoque de inquéritos “em aberto”, mercê do incremento das ações de repressão e das deficiências de ordem estrutural e conjuntural já referidas acima. No caso, o ano de 2009 herdou um saldo de 1.042 inquéritos, foram instaurados mais 825 e concluídos 752, restando um saldo de 1.115 inquéritos.						

Fonte: SIGPLAN e SISCART

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

## Considerações

Com relação ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal, não há indicadores a serem avaliados.

### 2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 17 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo <sup>1</sup>	Prio <sup>2</sup>	Unidade Medida	Meta Física <sup>3</sup>			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06-	122	0750	2000	A	3	Não há	NA	NA	NA	NA	1.909.313,48	NA
06	125	0662	2679	A	3	Documento emitido	NA	67	NA	NA	146.231,54	NA
06	126	0750	2003	A	3	Não há	NA	NA	NA	NA	27.490,47	NA
06	128	0662	4572	A	3	Servidor capacitado	NA	02	NA	NA	2.700,00	NA
06	181	0662	2726	A	3	Operação realizada	NA	02	NA	NA	834.286,58	NA
06	183	0662	2720	A	3	Ação realizada	NA	01	NA	NA	40.848,68	NA
06	422	1453	8375	A	3	Indenização paga	NA	189	NA	NA	21.167,86	NA
09	271	0087	8452	A	3	Não há	NA	NA	NA	NA	29.452,50	NA
09	272	0089	0181	OP	3	Não há	NA	NA	NA	NA	28.153,23	NA

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimentos), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

## Considerações

Destaque para a Ação 8375 - Campanha de Desarmamento, em que foram constituídas equipes itinerantes para interiorização das ações, logrando-se a regularização de 3.899 armas, ainda que o número de armas arrecadadas - 189 – tenha ficado aquém da meta estabelecida inicialmente.

## 2.4.2 – Indicadores de desempenho

### 2.4.2.1 - Ações

Diligências	Total
Inquéritos Instaurados	825
Inquéritos Relatados	752
Mandados de busca e apreensão	76
Prisões cautelares	58
Armas arrecadadas	189
Armas regularizadas	3.899
Laudos Periciais emitidos	582
Maconha Apreendida (em gramas)	44.988,00
Cocaína Apreendida –Crack (em gramas)	85.304
Operações	04
TCO	25

### 2.4.2.2 – Efetivo por categorias e cargos

Localização	Servidores Administrativos	DPF <sup>1</sup>	APF <sup>2</sup>	EPF <sup>3</sup>	PCF <sup>4</sup>	PPF <sup>5</sup>	Totais
Sede SR/DPF/PI	54	17	72	16	19	5	<b>183</b>
Delegacia em Parnaíba	4	4	17	2	0	1	<b>28</b>
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>21</b>	<b>89</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>211</b>

1. Delegado de Polícia Federal 2. Agente de Polícia Federal 3. Escrivão de Polícia Federal  
4. Perito Criminal Federal 5. Papiloscopista Policial Federal



### **2.4.3 – Análise do desempenho**

A Superintendência Regional no Piauí tem envidado todos os esforços no sentido de consolidar, no âmbito de sua circunscrição, o nível de efetividade obtido pela Polícia Federal no nível nacional.

À primeira vista o baixo número de operações policiais deflagradas sugere desempenho aquém do desejável; cabe esclarecer, contudo, que a atuação em operações de maior envergadura envolve o emprego de recursos por vezes superiores às disponibilidades locais, cuja mobilização se submete às prioridades estabelecidas pelos Órgãos Centrais. Assim, ocorre com frequência o emprego de recursos de uma Unidade em operações conduzidas por outras Unidades ou por Órgão Central, cujos resultados não são computados nas informações prestadas pela Unidade detentora dos recursos cedidos.

De toda sorte, os resultados alcançados diretamente pela Superintendência no Piauí são compatíveis com os recursos empregados, considerando-se a estratégia eleita para o enfrentamento da criminalidade em sua circunscrição, mormente ao combate à corrupção, ao desvio de recursos públicos e ao tráfico de drogas. Destaquem-se ainda os resultados exitosos no âmbito da Campanha do Desarmamento.



### 3 - Recursos Humanos

Quadro 18 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>	218	218	Não há informação <sup>1</sup>
Próprios	218	218	
Requisitados	-	-	
<b>Celetistas</b>	-	-	
<b>Cargos de livre provimento</b>	-	-	
Estatutários	-	-	
Não Estatutários	-	-	
<b>Terceirizados</b>	25	25	
<b>Total</b>	243	243	

Fonte: SIAPE

<sup>1</sup> - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 19 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	210	18.086.861,98	550.713,38	1.391.052,75	27.113,03	401.405,75
2008	224	24.728.523,51	942.050,86	1.783.411,75	40.863,34	424.675,98
2009	218	27.036.771,95	1.014.774,95	1.098.441,80	127.575,68	417.631,53
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**Relatório de Gestão de 2009**

2009	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2007	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>QUADRO TERCEIRIZADO</b>								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	21	353.415,00	-	-	-	-	-	-
2008	21	397.843,04	-	-	-	-	-	-
2009	25	423.114,02	-	-	-	-	18	48.972,87

Fonte: SIAPE

### ***Considerações***

A lotação de Delegados e Peritos é adequada; quanto aos demais cargos da carreira policial - especialmente Agentes e Escrivães -, e de pessoal de apoio (PEC), a lotação é inferior às necessidades da Unidade, com reflexos negativos ao efetivo cumprimento da missão organizacional. Essa situação é ainda agravada pelas freqüentes cessões de pessoal determinadas pelos Órgãos Centrais para compor os efetivos das operações de caráter continuado.

Especificamente quanto a Agentes de Polícia Federal e servidores do PEC, A Unidade apresenta uma peculiaridade: devido à baixa taxa de renovação do quadro a maioria dos servidores lotados já completou ou está em vias de completar o tempo para a inatividade, o que projeta dificuldades para reposição do efetivo no médio prazo; ou até mesmo no curto prazo, a depender do encaminhamento dado às propostas ora em discussão no Congresso Nacional para as regras das aposentadorias.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.



## 4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

## 5 - Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 20 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	120,00	0,00	0,00	120,00
2007	584,00	0,00	0,00	584,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	526.352,12	55.635,00	470.717,12	0,00
2007	15.549,16	505,95	5.845,71	9.197,50
2006	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

## 6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

## 7 - Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

## 8 - Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos. Tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



## **9 – Renúncia Tributária**

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

## **10 – Operações de Fundo**

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

## **11 – Determinações dos Órgãos de Controle**

### 11.1 – Recomendações da CGU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí não recebeu recomendações da Controladoria Geral da União no exercício de 2009.

### 11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí não recebeu determinações ou recomendações do Tribunal de Contas da União no exercício de 2009.

## **12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009**

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.





## 13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 21 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de do Piauí		200081	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de do Piauí estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Teresina/PI	Data	31 de março de 2010
Responsável	Francisco Gomes de Oliveira	Matrícula nº	16386

## 14 – Outras Considerações

Nada a acrescentar.



## 15 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

Imagem digitalizada da Declaração original.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
<b>Denominação completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>
SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL- PI	200390 - 200391
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li><li>– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
<b>Local: Brasília/DF</b>	<b>Data: 18/02/2010</b>
<b>Contador Responsável:</b> GLADSTON GUIMARÃES NAVES	<b>CRC nº DF-12534/O-8</b>